

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Número do processo: 1114-0015/2025

Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Infraestrutura

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E MODERNIZAÇÃO PONTUAL DE PRAÇAS, PARQUES, CANTEIROS, CAMPOS DE FUTEBOL, PISTAS DE CAMINHADA/CORRIDA, PASSEIOS, MOBILIÁRIOS URBANOS, ÁREAS DE CONVIVÊNCIA, EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E DEMAIS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PILAR/AL**, com execução sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço, em regime de empreitada por preço unitário, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

1.2. Os serviços compreendem intervenções em sistemas, estruturas, equipamentos e elementos integrantes dos espaços públicos municipais, incluindo, dentre outros, instalações elétricas, hidrossanitárias e de drenagem, pavimentação, passeios, calçadas, revestimentos, pintura, alvenaria, coberturas, serralheria, vidraçaria, mobiliário urbano, equipamentos esportivos, campos de futebol, pistas de caminhada/corrída, canteiros, áreas de convivência, acessibilidade e demais atividades correlatas necessárias à conservação, recuperação, segurança, funcionalidade, durabilidade e adequada fruição das praças e demais logradouros públicos.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3. O objeto da presente contratação, consistente na prestação de serviços comuns de engenharia voltados à manutenção preventiva, corretiva e modernização pontual de praças e demais logradouros públicos, caracteriza-se como **SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA**, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, planilha orçamentária, composições de custos, normas técnicas aplicáveis, critérios de medição e ordens de serviço.

1.4. A contratação não se caracteriza como obra nova, ampliação substancial ou reforma estrutural ampla, mas como prestação de serviços comuns de engenharia destinados à manutenção, conservação, recuperação, adequação funcional e modernização pontual de praças e logradouros públicos, executados sob demanda, com utilização de técnicas, procedimentos, insumos e composições padronizados no setor da construção civil, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

1.5. Sob o aspecto da heterogeneidade, verifica-se que os serviços a serem executados compreendem diferentes tipos de intervenções técnicas, abrangendo atividades em sistemas elétricos, hidrossanitários, estruturais e de acabamento. Todavia, tais serviços são amplamente padronizados no setor da construção civil, sendo executados com base em técnicas e métodos consolidados, o que afasta a caracterização de alta complexidade técnica, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

1.6. Quanto à complexidade, embora o objeto envolva diversidade de serviços, não se trata de atividade que demande soluções técnicas inovadoras, projetos especiais ou conhecimento altamente especializado, mas sim de serviços rotineiros de manutenção de praças e logradouros públicos, executados com base em normas técnicas e práticas usuais de mercado.

1.7. Nesse contexto, conclui-se que o objeto apresenta heterogeneidade moderada, decorrente da variedade de serviços, porém com baixa complexidade técnica, sendo compatível com modelagem contratual padronizada e julgamento objetivo.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.8. Trata-se, portanto, de serviço de **NATUREZA CONTÍNUA**, com execução sob demanda, em razão da necessidade permanente de manutenção das praças e demais logradouros públicos do Município de Pilar e da variabilidade dos serviços a serem realizados, conforme expresso no inciso XVII do art. 6º da Lei 14.133/2021.

1.9. A classificação como serviço comum de engenharia permite a adoção de critérios objetivos de julgamento, bem como a utilização de modelagem contratual padronizada, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e com as boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União.

1.10. Dessa forma, a natureza do serviço encontra-se corretamente caracterizada, sendo compatível com a solução adotada no planejamento da contratação e com o modelo de execução previsto neste Termo de Referência.

Prazo de vigência e execução

1.11. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza contínua. A execução dos serviços dependerá da emissão da respectiva ordem de início ou ordem de serviço pela Administração.

1.12. A prorrogação da vigência contratual estará condicionada à demonstração de vantajosidade para a Administração, à manutenção das condições de habilitação da contratada e à regular execução dos serviços, devidamente atestada pela fiscalização.

1.13. A **execução dos serviços será realizada sob demanda**, mediante emissão de ordens de serviço pela Administração, não havendo **prazo único e fixo para execução global do objeto**, de acordo com a natureza, complexidade e urgência de cada serviço, contados do seu recebimento, observando-se os níveis de prioridade estabelecidos pela Administração.

1.14. Cada ordem de serviço conterá a definição específica do prazo para execução dos serviços, o qual será estabelecido de acordo com: a natureza e complexidade da intervenção; o volume de serviços a serem executados; o grau de urgência da demanda; as condições operacionais do local.

1.15. Para fins de padronização da execução, poderão ser estabelecidos os seguintes prazos referenciais: Serviços emergenciais: atendimento imediato ou no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas; Serviços urgentes: atendimento no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas; e/ou Serviços programados: execução conforme cronograma definido pela Administração.

1.16. Considerando a natureza contínua da contratação, a interrupção dos serviços poderá

comprometer as condições de uso, segurança, conservação e acessibilidade das praças e demais logradouros públicos, razão pela qual a Administração poderá promover a prorrogação contratual, desde que observados os requisitos legais, demonstrada a vantajosidade e apresentada a devida motivação administrativa.

1.17. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Da Fundamentação Legal

2.1. A presente contratação será regida pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento e desenvolvimento nacional sustentável.

2.2. A modelagem da contratação encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que demonstrou a necessidade, viabilidade e adequação da solução proposta.

Da justificativa da contratação

2.3. A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua de manutenção preventiva, corretiva e modernização pontual das praças e demais logradouros públicos municipais, de modo a assegurar condições adequadas de uso, segurança, conservação, durabilidade e funcionalidade dos espaços públicos municipais.

2.4. A inexistência de estrutura própria suficiente para atendimento integral das demandas, aliada à variabilidade e imprevisibilidade dos serviços de manutenção, torna necessária a contratação de empresa especializada, capaz de executar os serviços de forma eficiente, tempestiva e tecnicamente adequada.

2.5. A solução adotada, consistente na execução dos serviços sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço, em regime de empreitada por preço unitário, permite maior flexibilidade operacional, melhor controle da execução, racionalização dos custos e maior eficiência na gestão contratual.

2.6. Além disso, a contratação contribui para a preservação do patrimônio público, redução de intervenções emergenciais e melhoria das condições de uso, lazer, mobilidade, acessibilidade e segurança dos usuários dos espaços públicos.

Do planejamento da contratação e compatibilidade com o PCA

2.7. A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada no planejamento administrativo do Município, tendo sido precedida da elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, no qual foram analisadas a necessidade da contratação, as alternativas disponíveis no mercado, a solução escolhida e a viabilidade técnica e econômica do objeto.

2.8. A compatibilidade com o PCA no presente caso assegura maior racionalidade na gestão das contratações públicas, contribuindo para o controle orçamentário, a eficiência administrativa e a transparência dos atos praticados.

2.9. Ressalta-se que a eventual ausência de previsão inicial no PCA não constitui impedimento à contratação, desde que devidamente justificada e compatibilizada com o planejamento institucional e com a disponibilidade orçamentária, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

2.10. Dessa forma, a presente contratação atende às exigências de planejamento previstas na legislação vigente, estando devidamente fundamentada e compatível com os instrumentos de planejamento da Administração.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Da descrição da solução como um todo

3.1. A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia destinados à manutenção preventiva, corretiva e modernização pontual de praças e logradouros públicos, conforme pormenorizado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

3.1.1. A modelagem adotada considera o ciclo de vida do objeto, compreendendo as etapas de planejamento, execução, controle, manutenção, avaliação dos serviços e melhoria funcional dos espaços públicos, de modo a assegurar a adequada conservação das praças, equipamentos urbanos e demais logradouros públicos e a eficiência na gestão contratual.

Do ciclo de vida da contratação

3.2. O ciclo de vida do objeto foi planejado e gerenciado de forma eficiente, de modo a garantir a correta aplicação dos recursos públicos, a conservação das praças, equipamentos urbanos e demais logradouros públicos, a ampliação de sua vida útil e a melhoria contínua das condições de uso, segurança, acessibilidade e funcionalidade dos espaços públicos municipais.

3.3. A Lei nº 14.133/2021 determina que a Administração Pública considere todas as fases do ciclo de vida do objeto, desde o planejamento da contratação até a execução dos serviços, acompanhamento, manutenção continuada, eventuais modernizações e futuras adequações, sempre com observância aos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade.

3.4. Além disso, a execução dos serviços deverá observar os padrões de qualidade e segurança exigidos pela legislação aplicável, de modo a assegurar a adequada prestação dos serviços públicos e a proteção dos servidores, usuários, frequentadores e transeuntes das praças e demais logradouros públicos.

3.5. Fase de Planejamento:

3.5.1. A fase de planejamento foi materializada por meio do Estudo Técnico Preliminar – ETP e do presente Termo de Referência, nos quais foram definidos: a necessidade da contratação; a concepção da solução mais adequada; os requisitos técnicos e operacionais; os quantitativos estimados; o modelo de execução e gestão contratual, momento em que foram identificadas as necessidades da Administração, definidos os requisitos técnicos dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e modernização pontual de praças e logradouros públicos, estimados os custos da contratação e estabelecidas as condições de execução.

3.5.2. Essa etapa visa assegurar a adequada estruturação da contratação, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

3.6. Fase de Execução dos serviços

3.6.1. A execução será realizada com base em critérios objetivos e sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço, permitindo que os serviços sejam executados conforme a necessidade real da Administração.

3.6.2. Durante a execução deverão ser realizados os atendimentos de manutenção preventiva, corretiva e de modernização, conforme as necessidades identificadas nas praças e demais logradouros públicos, abrangendo reparos, substituições, adequações, melhorias funcionais e demais intervenções necessárias à conservação, recuperação e aperfeiçoamento dos espaços públicos municipais, sendo os serviços executados em sistemas e elementos urbanos diversos, tais como instalações elétricas, drenagem, pavimentação, mobiliário urbano, passeios, quadras, campos, pistas, canteiros, revestimentos, pintura e demais elementos construtivos existentes nos espaços públicos, conforme especificações técnicas e normas aplicáveis.

3.6.3. Nessa fase, a empresa contratada deverá observar as normas técnicas, os padrões de qualidade e as exigências contratuais, submetendo-se ao acompanhamento e à fiscalização da Administração, a fim de assegurar a adequada execução dos serviços solicitados por demanda.

3.6.4. Após a execução de cada serviço, ocorrerá o respectivo recebimento, provisório ou definitivo, conforme o caso, assegurando que os serviços executados atendam às especificações estabelecidas, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por eventuais vícios, falhas ou defeitos constatados posteriormente, nos termos da legislação vigente.

3.7. Fase de Controle e fiscalização

3.7.1. A fase de execução contratual será acompanhada por servidor designado como fiscal do contrato, responsável por: verificar a conformidade dos serviços executados; acompanhar prazos e qualidade; atestar medições; registrar ocorrências.

3.7.2. O gestor do contrato atuará no acompanhamento administrativo, garantindo a regularidade da execução e a conformidade com os instrumentos da contratação.

3.8. Fase de Medição e pagamento

3.8.1. A medição dos serviços será realizada com base nos quantitativos efetivamente executados, conforme planilha orçamentária e ordens de serviço, sendo o pagamento condicionado ao atesto da fiscalização.

3.8.2. Esse modelo assegura maior controle técnico-financeiro e vinculação do pagamento à efetiva execução.

3.9. Fase de Manutenção, modernização e melhoria contínua

3.9.1. Na fase de manutenção, a solução contempla a execução contínua de serviços de manutenção de praças e logradouros públicos, permitindo a redução de intervenções emergenciais, o aumento da vida útil das estruturas, equipamentos e elementos integrantes das praças e logradouros públicos e a melhoria das condições de uso e segurança. Nessa fase, o uso e a conservação contínua do objeto estão

diretamente relacionados à necessidade de manutenção permanente das praças, equipamentos urbanos e demais logradouros públicos, cabendo à Administração adotar ações de acompanhamento, fiscalização e planejamento das demandas, de forma a preservar a infraestrutura existente e garantir adequadas condições de uso, segurança, acessibilidade e conservação dos espaços públicos.

3.10. Fase de Avaliação e controle de desempenho

3.10.1. Nessa fase, a administração poderá adotar mecanismos de avaliação da execução contratual, considerando critérios como: cumprimento de prazos; qualidade dos serviços; eficiência no atendimento das demandas; e conformidade com as especificações técnicas.

3.10.2. E por fim, a fase de modernização e melhorias compreende as intervenções destinadas à atualização, melhoria, adequação e aperfeiçoamento das praças e demais logradouros públicos municipais, com vistas à ampliação da funcionalidade, acessibilidade, segurança, eficiência e qualidade dos ambientes, assegurando que os espaços públicos continuem aptos a atender, de forma satisfatória, às necessidades da Administração e da população.

3.11. Portanto, a solução adotada mostra-se adequada à natureza da contratação, considerando: a variabilidade das demandas de manutenção de praças e logradouros públicos; a necessidade de flexibilidade operacional; a inexistência de quantitativos fixos previamente definidos; a necessidade de controle da execução e dos custos. A execução sob demanda, associada ao regime de empreitada adotado, permite maior eficiência na utilização dos recursos públicos e melhor gestão do contrato.

3.12. A modelagem da solução encontra-se alinhada às boas práticas de planejamento e execução de contratações públicas, conforme orientações do Tribunal de Contas da União e diretrizes da Advocacia-Geral da União, que recomendam a adoção de soluções compatíveis com a natureza do objeto, com foco na eficiência, economicidade e controle.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Gerais

4.1.1. A futura contratação deverá observar requisitos técnicos, administrativos, operacionais, ambientais, de acessibilidade, segurança do trabalho e governança contratual compatíveis com a natureza dos serviços comuns de engenharia destinados à manutenção preventiva, corretiva e modernização pontual de praças e logradouros públicos, de modo a assegurar a adequada execução do objeto, a qualidade dos serviços prestados, a preservação do patrimônio público e o atendimento do interesse público.

4.1.2. A solução a ser estruturada deverá contemplar a execução dos serviços sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço pela Administração, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com medição baseada nos serviços efetivamente executados, em regime de empreitada por preço unitário, considerando a variabilidade e a imprevisibilidade dos quantitativos de manutenção.

4.1.3. A empresa a ser contratada deverá possuir capacidade técnico-operacional compatível com o objeto, demonstrando aptidão para execução de serviços de manutenção de praças e logradouros públicos de natureza similar, observadas exigências proporcionais e estritamente necessárias, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a imposição de requisitos que restrinjam indevidamente a competitividade.

4.1.4. Deverá ser exigida a indicação de responsável técnico legalmente habilitado, com registro no

conselho profissional competente, cabendo-lhe a responsabilidade pela execução dos serviços e pela observância das normas técnicas aplicáveis.

4.1.5. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente aquelas expedidas pela ABNT, bem como com as Normas Regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho, incluindo aquelas relacionadas a trabalho em altura, instalações elétricas e demais atividades pertinentes.

4.1.6. A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada, equipamentos, ferramentas e estrutura operacional compatíveis com a demanda, sendo responsável pelo fornecimento de todos os insumos necessários à execução dos serviços, bem como pela destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

4.1.7. Deverão ser observadas as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas, incluindo a utilização racional de recursos naturais, a redução de desperdícios, o uso de materiais de menor impacto ambiental e a adequada gestão dos resíduos da construção civil, nos termos da legislação vigente e das orientações da Advocacia-Geral da União.

4.1.8. Nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, as exigências de habilitação devem guardar pertinência com o objeto e observar o princípio da proporcionalidade, sendo vedadas exigências excessivas ou desnecessárias que possam restringir a competitividade do certame.

4.1.9. O detalhamento dos requisitos da contratação, incluindo critérios de habilitação, condições de execução, fiscalização, medição e pagamento, será desenvolvido no Termo de Referência, assegurando-se a coerência entre os artefatos da fase preparatória e a adequada definição do objeto da contratação.

4.2. Requisitos Técnicos

4.2.1. No aspecto técnico, a contratada deverá possuir qualificação compatível com o objeto, contando com responsável técnico devidamente habilitado junto ao conselho profissional competente, sendo responsável pela execução dos serviços em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela ABNT, bem como pelas boas práticas da engenharia.

4.2.2. As exigências técnicas impostas observarão o princípio da proporcionalidade.

4.2.3. A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas e regulamentares aplicáveis, incluindo aquelas relativas à segurança do trabalho, sendo a contratada responsável pela adoção de todas as medidas necessárias à proteção de seus empregados, dos usuários das praças e logradouros públicos e de terceiros.

4.2.4. Os serviços deverão observar as normas técnicas e regulamentares aplicáveis aos serviços de engenharia em espaços públicos, acessibilidade, instalações existentes, segurança do trabalho, pavimentação, drenagem, iluminação e demais elementos pertinentes ao objeto, tendo como referência o Termo de Referência, a planilha orçamentária, as ordens de serviço e os documentos técnicos específicos de cada intervenção, quando necessários.

4.2.5. Os materiais e insumos utilizados deverão atender às especificações técnicas e padrões de qualidade estabelecidos pela ABNT, garantindo durabilidade, segurança, conforto e baixo custo de manutenção. Deverão ser priorizados produtos certificados e de desempenho comprovado, assegurando a longevidade das estruturas, equipamentos e elementos integrantes dos espaços públicos e evitando reformas precoces.

4.2.6. Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade e estar de acordo com

a especificação técnica.

4.2.7. Quando a natureza da intervenção exigir, a Administração providenciará ou exigirá os documentos técnicos complementares necessários, tais como croquis, memoriais, projetos específicos, planilhas, cronogramas, ART/RRT e demais elementos suficientes à adequada execução e fiscalização da Ordem de Serviço.

4.2.8. Sustentabilidade e eficiência energética: sempre que viável, deverão ser adotadas soluções sustentáveis, como sistemas de captação de água da chuva, iluminação em LED e uso de materiais de menor impacto ambiental, bem como soluções de acessibilidade compatíveis com os espaços públicos, tais como rotas acessíveis, rampas, sinalização tátil, pisos adequados e demais recursos aplicáveis, em observância à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e às normas técnicas pertinentes .

4.3. Requisitos Operacionais (base local)

4.3.1. Sob o ponto de vista operacional, a contratada deverá dispor de estrutura suficiente para garantir a adequada execução dos serviços, incluindo equipe técnica, equipamentos, ferramentas e insumos necessários, assegurando a continuidade e regularidade do atendimento às demandas da Administração.

4.3.2. A exigência de instalação de escritório ou base operacional no Município de Pilar não será condição para participação na licitação.

4.3.3. Todavia, após a contratação, caso necessário para assegurar a adequada execução dos serviços e o cumprimento dos prazos de atendimento, a Administração exigirá da contratada a disponibilização de estrutura operacional mínima, compatível com a demanda contratual, no prazo razoável a ser fixado no contrato ou em ordem de serviço.

4.3.4. O cumprimento dos prazos de atendimento e execução estabelecidos será considerado elemento essencial da execução contratual, podendo ensejar a aplicação de sanções em caso de descumprimento.

4.3.5. Para tanto, a licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ESTRUTURA OPERACIONAL MÍNIMA, COMPATÍVEL COM A DEMANDA CONTRATUAL**, no prazo razoável a ser fixado no contrato ou em ordem de serviço para atendimento das demandas dentro dos prazos estabelecidos.

4.4. Requisitos Administrativos

4.4.1. No âmbito administrativo, a execução contratual deverá observar o fluxo definido pela Administração, incluindo a emissão de ordens de serviço, o controle e registro das atividades executadas, a comunicação permanente com o gestor e o fiscal do contrato e o cumprimento das determinações expedidas pela fiscalização, devendo a contratada manter organização administrativa compatível com a complexidade da contratação.

4.5. Requisitos Operacionais

4.5.1. No que tange aos requisitos operacionais, a execução dos serviços deverá ocorrer de forma planejada, coordenada e compatível com a utilização regular das praças e logradouros públicos, de modo a minimizar impactos à circulação e ao uso pela população, devendo a contratada dispor de logística adequada, equipe técnica suficiente e meios necessários para atendimento eficiente das demandas, assegurando qualidade na execução, cumprimento de prazos e adequada organização das frentes de

serviço.

4.5.2. Para tanto, deverá ser exigido, que os serviços sejam executados dentro dos prazos estabelecidos pela Administração, conforme a natureza, complexidade e urgência de cada demanda, mediante acompanhamento contínuo da fiscalização municipal, observados os limites orçamentários previstos pelo Município e as condições definidas em cada ordem de serviço..

4.5.3. Deverá ser exigido planejamento mínimo da execução dos serviços, de forma a evitar ou minimizar transtornos ao uso regular das praças e logradouros públicos, assegurando controle de ruídos, organização do ambiente de trabalho, isolamento das áreas em manutenção, quando necessário, adequada destinação dos resíduos e redução dos impactos sobre o uso dos espaços públicos, a circulação de pedestres e o entorno das áreas de intervenção.

4.5.4. Nesse ponto, as especificações técnicas e operacionais serão formuladas de maneira clara, objetiva e compatível com o objeto da contratação, sem exigências excessivas ou restritivas, de modo a possibilitar a participação do maior número possível de licitantes qualificados, assegurando competitividade, isonomia e economicidade para a Administração.

4.5.5. Adicionalmente, deverão ser observados padrões de qualidade, desempenho e segurança compatíveis com a natureza dos serviços de manutenção de praças e logradouros públicos, assegurando a preservação do patrimônio público e a segurança dos usuários.

4.6. Requisitos normativos que disciplinam os serviços

4.6.1. No tocante aos requisitos normativos, a execução dos serviços deverá observar integralmente a legislação aplicável às contratações públicas e às atividades de engenharia, bem como as normas técnicas vigentes, especialmente aquelas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, além das Normas Regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho, com destaque para aquelas relacionadas às atividades em altura, instalações elétricas e condições de segurança nos ambientes de execução dos serviços, cabendo à contratada o fiel cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis, dentre os quais se destacam:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e Agronomia;
- Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que regula o exercício da Arquitetura e Urbanismo e institui o CAU/BR e os CAU/UF;
- Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Lei nº 6.496, de 07 de setembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

- Demais normas técnicas, ambientais, urbanísticas, de acessibilidade e de segurança do trabalho aplicáveis ao caso concreto.

4.6.2. Dentre as normas técnicas aplicáveis, a execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas técnicas vigentes, cabendo à empresa contratada cumprir integralmente as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), bem como demais legislações e regulamentações aplicáveis às obras e serviços de engenharia em espaços públicos, instalações existentes, acessibilidade, segurança e mobiliário/equipamentos urbanos, conforme o caso.

4.6.3. As Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (NRs), ganham força, especialmente as relativas à segurança e saúde no trabalho, com adoção de medidas de proteção coletiva e individual.

4.6.4. E ainda, deverá ser exigida a adoção de todas as normas de segurança aplicáveis à execução dos serviços, incluindo o fornecimento e uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, a implementação de medidas de proteção coletiva e a correta gestão e destinação dos resíduos gerados pelos serviços de manutenção.

4.7. Requisitos de Sustentabilidade

4.7.1. A execução contratual deverá observar as diretrizes de sustentabilidade previstas no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, bem como as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, conforme critérios de sustentabilidade observados para atender os planos, programas e as condicionantes impostas no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

4.7.2. Além dos critérios descritos no licenciamento ambiental, quando cabível, a contratada deverá adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade compatíveis com a natureza de serviços de engenharia em espaços públicos, observando, no mínimo:

- a) uso racional de água e energia durante a execução dos serviços;
- b) redução de desperdícios de materiais, insumos e componentes empregados nas intervenções;
- c) priorização, quando tecnicamente viável, de materiais duráveis, recicláveis, reutilizáveis ou de menor impacto ambiental;
- d) destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 e a Resolução CONAMA nº 307/2002;
- e) reaproveitamento, reciclagem ou segregação de resíduos, sempre que possível;
- f) controle de poeira, ruídos, particulados e demais impactos decorrentes das frentes de serviço;
- g) adoção de soluções de eficiência energética, especialmente iluminação LED, quando aplicável;
- h) observância das normas de acessibilidade, especialmente a ABNT NBR 9050, quando a intervenção envolver rotas acessíveis, passeios, rampas, pisos, sinalização ou mobiliário urbano;
- i) uso adequado de EPIs e EPCs, com observância das Normas Regulamentadoras de segurança e saúde do trabalho;
- j) apresentação de comprovantes de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, quando exigido pela fiscalização.

4.7.3. A contratação deverá contemplar a execução dos serviços por profissionais habilitados, com emprego de materiais, equipamentos, ferramentas e técnicas compatíveis com as normas técnicas aplicáveis, observando-se a qualidade dos serviços prestados e o atendimento tempestivo das demandas da Administração.

4.7.4. Além disso, a futura contratada deverá observar o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil, as exigências ambientais cabíveis e as boas práticas de canteiro sustentável, sem prejuízo da responsabilidade pela reparação de danos ambientais eventualmente causados por ação, omissão, imperícia, imprudência ou negligência na execução contratual.

4.8. Requisitos Ambientais

4.8.1. Deverá ser exigido o licenciamento ambiental específico de cada intervenção, quando a execução dos serviços envolver atividade potencialmente causadora de dano ambiental ou sujeita a controle ambiental, observada a avaliação caso a caso, condicionada à natureza específica da demanda.

4.8.2. A avaliação acerca da necessidade de licenciamento ambiental para cada intervenção será realizada pelo Departamento Técnico da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município, que analisará a natureza, a extensão e os possíveis impactos dos serviços a serem executados.

4.8.3. Quando constatada a necessidade de licenciamento ambiental, a execução da intervenção somente poderá ocorrer após a adoção das providências cabíveis e a observância das exigências legais e administrativas aplicáveis.

4.9. Requisitos de Segurança do Trabalho

4.9.1. Durante a execução, a contratada deverá cumprir integralmente as normas de segurança e saúde no trabalho, responsabilizando-se pela proteção de seus empregados e de terceiros, bem como pela adoção de medidas preventivas durante a execução dos serviços.

4.10. Requisitos de Qualidade

4.10.1. Os serviços executados deverão atender aos padrões de qualidade estabelecidos, podendo ser rejeitados pela fiscalização aqueles que não estiverem em conformidade com as especificações técnicas, devendo ser refeitos às expensas da contratada.

4.11. Requisitos de Carta de Solidariedade

4.11.1. Não será exigida carta de solidariedade de fabricante ou fornecedor, por não se tratar de contratação que envolva fornecimento exclusivo de bens ou sistemas dependentes de garantia de terceiros, em atendimento às recomendações do Tribunal de Contas da União e ao princípio da competitividade.

4.12. Requisitos da execução dos serviços de manutenção de praças e logradouros públicos

4.12.1. A contratação deverá contemplar os serviços definidos nas demandas da Administração, prevendo, de forma estimada, a execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva e modernização pontual dos espaços públicos municipais.

4.12.2. Os serviços poderão abranger, dentre outros, a execução das seguintes atividades: mobilização e desmobilização de equipe; serviços preliminares; reparos em alvenaria; recuperação de revestimentos; pintura; manutenção de coberturas e calhas, quando existentes; manutenção e substituição de esquadrias,

quando existentes; serviços de serralheria e vidraçaria, quando pertinentes; manutenção das instalações elétricas, hidrossanitárias e sanitárias existentes; reparos em pisos, calçadas, passeios e áreas de circulação; substituição de louças e metais, quando existentes; limpeza dos locais de intervenção; e demais serviços correlatos necessários à conservação, segurança, acessibilidade e funcionalidade das praças e demais logradouros públicos.

4.13. Requisitos da Garantia da Proposta

4.13.1. Será exigida garantia de proposta, na forma do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, em percentual de até 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, desde que a Administração, no processo, motive expressamente a pertinência da exigência em razão do porte, da relevância do objeto, do risco de desistência imotivada e da necessidade de conferir maior seriedade e comprometimento à participação no certame.

4.13.2. A garantia de proposta poderá ser prestada em qualquer das modalidades admitidas pela legislação, devendo o edital disciplinar de forma objetiva a forma de apresentação, prazo, hipóteses de devolução e de eventual execução da garantia, em estrita observância aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e ampla competitividade.

4.13.3. A eventual exigência da garantia de proposta não poderá assumir caráter restritivo ou desproporcional, devendo funcionar como mecanismo de governança destinado a mitigar riscos de comportamentos oportunistas, especialmente em certames de serviços públicos financiados com recursos públicos.

4.14. Requisitos para Subcontratação

4.14.1. Será admitida a subcontratação parcial de parcelas acessórias, complementares ou especializadas do objeto, desde que previamente autorizada pela Administração, expressamente prevista no edital e no contrato, limitada ao percentual motivadamente definido no Termo de Referência e no instrumento contratual, e desde que não configure transferência integral da execução contratual.

4.14.2. A subcontratação não eximirá a contratada principal de sua responsabilidade integral pela execução do objeto, pela qualidade dos serviços, pelo cumprimento dos prazos, pela observância das normas técnicas e pela regularidade das obrigações trabalhistas, fiscais, ambientais e de segurança do trabalho.

4.14.3. O percentual máximo de subcontratação deverá ser definido de forma motivada pela Administração, considerando a natureza do objeto, a necessidade de preservar a coordenação técnica centralizada, a responsabilidade da contratada principal e a possibilidade de execução de parcelas especializadas por terceiros.

4.14.4. A subcontratação poderá justificar-se em razão da existência de serviços acessórios, complementares ou especializados, cuja execução por empresas com atuação específica possa conferir maior eficiência, celeridade ou qualidade técnica à execução contratual, sem comprometer a unidade do objeto e a responsabilidade da contratada principal.

4.14.5. A subcontratação ficará condicionada à autorização prévia e expressa da Administração, a quem incumbirá avaliar se a subcontratada possui capacidade técnica, regularidade jurídica e condições operacionais compatíveis com a parcela a ser executada.

4.14.6. A contratada deverá apresentar à Administração a documentação que comprove a capacidade técnica e a regularidade da subcontratada, devendo tais documentos ser analisados e juntados aos autos do processo correspondente.

4.14.7. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe supervisionar, coordenar e responder perante a Administração pelo cumprimento das obrigações correspondentes ao objeto subcontratado.

4.14.8. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de tais agentes.

4.15. Requisitos para Garantia da Contratação

4.15.1. Será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, podendo o contratado optar por caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor inicial do contrato.

4.15.2. Poderá ser concedido o prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da publicação do extrato do contrato para apresentar a garantia contratual, mediante caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, sob pena de aplicação das medidas administrativas cabíveis previstas no edital e no contrato.

4.15.3. As regras complementares para apresentação, validade, manutenção, execução e liberação da garantia da contratação serão estabelecidas no edital e/ou na minuta do contrato.

4.16. Requisitos de participação de ME e EPP

4.16.1. A participação de microempresas e empresas de pequeno porte será admitida nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, observando-se, contudo, a natureza indivisível do objeto e a necessidade de demonstração de capacidade técnica e operacional compatível com a execução integral dos serviços.

4.16.2. Considerando tratar-se de serviços de engenharia de objeto uno e integrado, com necessidade de coordenação técnica centralizada, a Administração afasta a reserva exclusiva ou a divisão do objeto, por entender que tal medida poderá comprometer a competitividade qualificada, a eficiência da execução, a padronização dos serviços ou a economicidade do ajuste, sem prejuízo da participação de ME/EPP em igualdade de condições com os demais licitantes aptos.

4.16.3. Nada impede, todavia, que a futura contratada, observadas as regras editalícias e contratuais, preveja a participação de ME e EPP na condição de subcontratada, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, em percentual a ser motivadamente definido no contrato para parcelas acessórias, complementares ou especializadas do objeto, quando isso se revelar tecnicamente conveniente, juridicamente admissível e compatível com a responsabilidade integral da contratada principal.

4.17. Requisitos da participação de consórcios

4.17.1. A participação de empresas em consórcio será admitida, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, desde que observadas as regras editalícias relativas à comprovação de compromisso

público ou particular de constituição de consórcio, indicação da empresa líder, responsabilidade solidária dos consorciados e vedação à participação da mesma empresa em mais de um consórcio ou isoladamente e em consórcio na mesma licitação.

4.17.2. A admissibilidade de consórcios foi analisada sob a ótica da ampliação da competitividade e do interesse público.

4.18. Requisitos de participação de empresas estrangeiras

4.18.1. Será admitida a participação de empresas estrangeiras, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as exigências do edital, especialmente quanto à representação legal no Brasil, equivalência documental, tradução juramentada, regularidade perante a legislação brasileira e demais condições necessárias à execução contratual.

4.18.2. No entanto, deve ser observada as exigências de representação legal no País, equivalência documental, tradução juramentada, regularidade perante a legislação brasileira e demais requisitos editalícios aplicáveis.

4.18.3. A participação de empresas estrangeiras tem por finalidade ampliar a competitividade e possibilitar a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da segurança documental, da exigência de qualificação técnica compatível e da observância das normas brasileiras aplicáveis aos serviços de engenharia.

4.19. Requisito para Vistoria do local

4.19.1. A avaliação prévia do local da execução dos serviços é facultativa, sendo disponibilizadas aos licitantes todas as informações necessárias à elaboração da proposta e conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia nas principais praças e demais logradouros públicos abrangidos pela contratação, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 14 horas, previamente agendada através dos meios disponíveis no ato convocatório.

4.19.2. No ato da vistoria, os técnicos da Secretaria Municipal de Infraestrutura promoverão o preenchimento da **DECLARAÇÃO DE VISTORIA**, a ser disponibilizada aos interessados.

4.19.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.19.4. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar **DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO** assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.19.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.19.6. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência desta contratação.

4.19.7. Será de responsabilidade da interessada a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das instalações, decorrente da não realização da visita aos locais de execução dos serviços, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução.

4.19.8. A vistoria, quando realizada, terá por finalidade permitir ao interessado conhecer as condições gerais dos principais locais de execução, as características dos espaços públicos, os acessos, eventuais restrições operacionais, condições de circulação de usuários, necessidade de sinalização, aspectos logísticos, disponibilidade de áreas para mobilização temporária e demais elementos relevantes à formulação da proposta e à futura execução contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, sendo a remuneração da contratada vinculada aos serviços efetivamente executados e devidamente medidos, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

5.2. Os serviços serão executados sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço pela Administração, nas quais serão especificados o local de execução, a descrição das atividades, os quantitativos estimados, os prazos e demais condições necessárias à realização dos serviços, sendo observadas as necessidades da Administração e as condições estabelecidas nos documentos técnicos que instruírem a intervenção

5.3. A execução deverá ocorrer conforme as necessidades da Administração, podendo envolver atendimentos simultâneos em diferentes praças, canteiros, áreas de convivência e demais logradouros públicos, devendo a contratada possuir capacidade operacional compatível com essa dinâmica.

5.4. O fluxo de execução contratual compreenderá, de forma geral, as seguintes etapas: identificação da necessidade pela secretaria demandante ou setor responsável pelo espaço público, emissão da ordem de serviço pela Administração, execução dos serviços pela contratada, acompanhamento e fiscalização da execução, medição dos serviços realizados e pagamento conforme os quantitativos efetivamente executados.

Fluxo da execução por demanda

5.5. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.5.1. Para cada demanda, o Departamento de Engenharia da Secretaria Municipal de Infraestrutura deverá instruir expediente ou registro técnico próprio, em meio físico ou eletrônico, com os documentos necessários à adequada execução e fiscalização da intervenção, podendo incluir, conforme a natureza, complexidade e risco do serviço, croquis, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma, registros fotográficos, ART/RRT, projetos específicos ou demais elementos técnicos pertinentes.

5.5.2. O orçamento será elaborado com base na tabela referencial (tais como SINAPI E/OU ORSE), vigente na data da demanda, sendo aplicado o percentual de desconto da proposta de preços da licitante.

5.5.3. A futura contratada deverá iniciar a execução dos serviços dentro dos prazos estabelecidos na Ordem de Serviço, observando o grau de urgência da demanda, devendo garantir a qualidade, segurança e regularidade das intervenções realizadas.

5.5.4. Os projetos eventualmente necessários deverão observar, quando cabível, a metodologia BIM, nos termos da regulamentação aplicável e da complexidade da intervenção, admitida justificativa técnica quando sua utilização não se mostrar necessária, proporcional ou viável para a demanda específica.

5.5.5. Os projetos complementares serão exigidos quando a natureza da intervenção demandar detalhamento técnico específico, especialmente em serviços que envolvam alterações estruturais relevantes, instalações elétricas, hidrossanitárias, drenagem, esgoto ou outros sistemas que exijam responsabilidade técnica própria.

5.5.6. Após a elaboração, o processo com os documentos técnicos deverão ser submetidos à aprovação do gestor da pasta responsável pela praça ou logradouro público objeto da intervenção.

5.5.7. Após a aprovação pelo gestor da pasta competente, a documentação deverá ser encaminhada para aprovação da autoridade competente, como condição para prosseguimento da execução da intervenção.

5.5.8. Após aprovação, o processo deverá ser encaminhado para o gestor do contrato para emissão da ordem de serviço.

5.5.9. Concluídas as aprovações e emissão da ordem de serviço, os arquivos e documentos técnicos mencionados deverão ser arquivados na Diretoria Especial de Licitações e Contratos - DELCA.

5.5.10. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá dispor ou providenciar, quando da emissão de cada ordem de serviço, os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, mão de obra e insumos necessários, nas quantidades e qualidades exigidas pela Administração, promovendo sua substituição quando necessário.

Local e horário da prestação dos serviços

5.6. A execução deverá ser compatível com o uso regular das praças e logradouros públicos, devendo a contratada adotar medidas para minimizar riscos e interferências à população, especialmente em locais com circulação permanente de usuários, observando-se, preferencialmente, o horário das 7h às 17h, de segunda à sexta-feira, e das 7h às 12h aos sábados, nos locais indicados na Ordem de Serviço.

Rotinas a serem cumpridas

5.7. Os serviços deverão ser executados sob a supervisão de responsável técnico devidamente habilitado, em conformidade com as normas profissionais aplicáveis, assegurando a qualidade técnica e a segurança das intervenções realizadas.

5.8. A execução contratual observará as rotinas:

- I. A empresa CONTRATADA deverá realizar o controle tecnológico e todo tipo de ensaios pertinentes a cada serviço necessário à implantação da atividade;
- II. Após a conclusão dos serviços, todo o local dos serviços e suas vias de acesso e adjacências deverão ser entregues limpos, sem material excedente, bem sinalizado e pronto para o uso.
- III. A empresa contratada deverá elaborar, ao final dos serviços, o relatório relatando a efetivação dos serviços, intervenções, ocorrências, inclusive as alterações dos Projetos Executivos, em conformidade com as demais normas que forem pertinentes (se for o caso).
- IV. A contratada será responsável pelo fornecimento de toda a mão de obra, materiais,

equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à execução dos serviços, salvo disposição em contrário expressamente prevista neste Termo de Referência.

Uniformes

5.9. A contratada deverá assegurar que seus empregados, prepostos e colaboradores atuem devidamente identificados e com vestimenta compatível com as atividades executadas, especialmente quando em frentes de serviço localizadas em áreas públicas de circulação de usuários.

5.9.1. A contratada deverá fornecer os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e, quando necessário, Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs, compatíveis com os riscos das atividades executadas, responsabilizando-se por sua utilização adequada e pela observância das normas de segurança do trabalho.

5.9.2. Não haverá repasse de custos de uniformes, EPIs, EPCs ou demais itens de identificação e segurança aos empregados da contratada, sendo tais despesas de responsabilidade exclusiva da contratada.

Materiais a serem disponibilizados

5.10. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá dispor ou providenciar, quando da emissão de cada ordem de serviço, os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, mão de obra e insumos necessários, nas quantidades e qualidades exigidas pela Administração, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço

5.11. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.11.1. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) estabelece a responsabilidade dos fornecedores por vícios e defeitos na prestação de serviços. A garantia para os serviços executados no âmbito desta contratação pode ser analisada sob diferentes perspectivas legais:

Garantia legal – Prazo mínimo de 5 Anos

5.12. Os vícios aparentes ou de fácil constatação deverão ser corrigidos pela contratada no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo da responsabilidade por vícios ocultos, defeitos de execução, emprego de materiais inadequados ou falhas que comprometam a segurança, durabilidade ou funcionalidade da intervenção.

5.12.1. Esse prazo pode ser estendido caso se comprove que o defeito surgiu por erro de execução ou uso de materiais inadequados.

5.12.2. Quando a intervenção executada se enquadrar como construção relevante ou serviço que comprometa a solidez e segurança da estrutura, aplicar-se-á, quando cabível, a responsabilidade prevista no art. 618 do Código Civil, sem prejuízo das demais responsabilidades legais, técnicas e ético-profissionais da contratada.

5.12.3. Além dessas garantias legais, a Administração Pública poderá prever garantias contratuais adicionais no edital e no contrato, exigindo prazos maiores ou seguros para cobrir eventuais vícios, defeitos ou falhas relevantes nos serviços executados.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.13. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A administração poderá convocar preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado poderá designar formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6.1. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.15. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Decreto Municipal nº 98/2023, aplicável no que for pertinente à contratação.

Fiscalização administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.18. A fiscalização administrativa acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, a vigência da garantia contratual, a formalização de apostilamentos e termos aditivos, as glosas, os pagamentos e demais aspectos administrativos da execução contratual.

6.20. Por se tratar de contratação sem dedicação exclusiva de mão de obra, não caberá à Administração realizar controle direto de jornada, frequência, substituição de empregados, pagamento de salários ou gestão interna da equipe da contratada.

6.21. A contratada permanecerá integralmente responsável pela organização, direção, supervisão e remuneração de sua equipe, bem como pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de segurança do trabalho decorrentes da execução contratual.

6.22. A fiscalização poderá solicitar, sempre que necessário, documentos que comprovem a regularidade da contratada, especialmente certidões fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comprovação de manutenção das condições de habilitação, ART/RRT, relatórios técnicos, boletins de medição, registros fotográficos e demais documentos relacionados à execução dos serviços.

6.23. A inadimplência da contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários ou comerciais não transfere à Administração a responsabilidade por seu pagamento, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

6.24. A fiscalização administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução dos serviços, pela qualidade dos materiais empregados, pela segurança das frentes de serviço e pelo cumprimento das obrigações legais e contratuais.

GESTOR DO CONTRATO

6.25. Cabe ao gestor do contrato:

- a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações: Boletim de desempenho; Diário de Obras e Ensaios e Controles Tecnológicos.
- e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- g) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- h) receber e dar encaminhamento imediato: - às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024; e à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A medição será realizada por Ordem de Serviço ou por período de apuração definido pela Administração, considerando os quantitativos efetivamente executados, os preços unitários referenciais

aplicáveis após incidência do desconto contratado, os boletins de medição, registros fotográficos, relatórios técnicos, documentos comprobatórios e atesto da fiscalização.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado: não produziu os resultados acordados; deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A medição não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão **RECEBIDOS PROVISORIAMENTE**, no prazo de **30 (trinta) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. Tratando-se de serviço de engenharia, ao final de ordem de serviço, o Contratado apresentará a medição final dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.6. Os serviços serão considerados concluídos quando executados em sua totalidade, conforme os quantitativos, prazos, especificações, registros e condições estabelecidas na respectiva Ordem de Serviço, no cronograma aprovado, quando houver, e nos documentos técnicos aplicáveis.

7.7. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.8. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.10. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.11. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.12. Ao final de cada evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão **RECEBIDOS DEFINITIVAMENTE** no prazo de **90 (noventa) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.39. Não será permitida a antecipação de pagamento parcial ou total do objeto.

Reajuste

7.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, considerando que o critério de julgamento é de maior desconto linear sobre tabelas referenciais oficiais de custos da construção civil, portanto, o percentual de desconto ofertado pela contratada permanecerá fixo durante a vigência contratual, incidindo sobre os preços referenciais aplicáveis à respectiva Ordem de Serviço, conforme metodologia definida neste Termo de Referência, no edital e no contrato.

7.40.1. A utilização de tabelas referenciais atualizadas para formação do orçamento de cada demanda não se confunde com reajuste contratual automático, devendo observar o valor global estimado do contrato, a disponibilidade orçamentária, a emissão prévia de Ordem de Serviço e o controle dos saldos contratuais.

7.40.2. Caso a Administração opte pela adoção de uma data-base fixa para toda a contratação, o reajuste deverá observar o interregno mínimo de um ano contado da data-base do orçamento estimado ou da proposta, conforme definido no edital e no contrato.

Cessão de crédito

7.41. Não será permitida a cessão de crédito do objeto.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. As sanções administrativas previstas estão disciplinadas na Lei nº 14.133, de 2021, no edital vinculado e às demais cominações legais, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade de **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**.

Modo de Disputa

9.2. Será adotado o modo de disputa **ABERTO**.

Regime de execução

9.3. O regime de execução do objeto será de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, considerando que os serviços serão executados sob demanda, com remuneração de acordo com os quantitativos efetivamente executados e devidamente medidos pela fiscalização.

Critério de Julgamento

9.4. Quanto ao critério de julgamento, será adotado do critério do tipo **MAIOR DESCONTO LINEAR SOBRE OS VALORES CONSTANTES DAS TABELAS REFERENCIAIS DE CUSTOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (TAIS COMO SINAPI E/OU ORSE)**, em razão da natureza dos serviços, da utilização de planilha orçamentária estimativa e da execução por demanda, permitindo maior competitividade e facilitando a gestão contratual.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.5. Tratando-se de serviço de engenharia, o critério de aceitabilidade de preços será o de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**.

9.5.1. Para fins de julgamento, será considerada mais vantajosa a proposta que apresentar o maior desconto linear sobre a planilha orçamentária referencial da Administração, desde que atendidas as exigências do edital e demonstrada a exequibilidade da proposta, quando necessário.

9.5.2. A planilha orçamentária elaborada pela Administração possui caráter referencial e estimativo, destinada à formação do valor de referência da contratação, à aplicação do desconto ofertado e à medição dos serviços efetivamente executados.

9.5.3. O licitante melhor classificado deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, documentação complementar necessária à análise de exequibilidade, podendo incluir planilha demonstrativa, composição do BDI, encargos sociais e demais elementos de formação de preço, sem alteração do percentual de desconto ofertado.

9.5.4. A exigência de documentos complementares para análise de exequibilidade não se confundirá com a apresentação obrigatória de nova planilha readequada como condição automática de julgamento, devendo observar o edital, a legislação aplicável e os princípios da proporcionalidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

9.5.5. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação, salvo disposição diversa expressamente prevista no edital.

Exigências de habilitação

9.6. Para a adequada execução do objeto pretendido, a contratação deverá observar requisitos mínimos relacionados à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica dos licitantes, nos termos do Capítulo VI da Lei nº 14.133/2021 (no que couber), bem como demais exigências estabelecidas no edital e no Termo de Referência.

9.7. Nesse sentido, deverão ser observadas, no mínimo, as exigências:

- a) Habilidade jurídica: Comprovação da existência jurídica da empresa, mediante apresentação dos atos constitutivos devidamente registrados na forma da lei, bem como documentos que comprovem os poderes de representação de seus administradores.
 - i) As declarações obrigatórias que trata a Lei nº 14.133/2021.
- b) Regularidade fiscal, social e trabalhista: Comprovação de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a Justiça do Trabalho, nos termos da legislação vigente, limitando-se as exigências do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) Qualificação econômico-financeira: Apresentação de documentos que demonstrem a capacidade econômico-financeira da licitante suficiente para cumprir as obrigações decorrentes da contratação, conforme parâmetros estabelecidos na legislação e no instrumento convocatório, não se limitando a certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme art. 69, da Lei Federal nº 14.133/2021,
 - i) sendo exigido o balanço patrimonial limitado aos últimos 2 anos e ainda, Declaração acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social.
- d) Qualificação técnica: Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o serviço anterior compatíveis com o objeto da contratação, em características e quantidades compatíveis com os itens licitados, limitada as exigências do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.
 - i) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Qualificação técnica

- a) Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- b) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.

Qualificação técnico-operacional

- a) Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, devendo a licitante comprovar a experiência na execução de serviços de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior aos previstos, que comprove a parcela relevante dos serviços com parcela de maior relevância, conforme anotação em acervo técnico e atestado de boa execução, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução dos serviços.
- i) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas, por meio de contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) a serem contratados:

PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA				
CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL				
Item	Discriminação	Unidade	Quantidade	
			Planilha Orçamentária	Quantitativo mínimo a ser comprovado
1	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	M2	15.000,00	7.500,00
2	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 12 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021	M2	5000	2.500,00
3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	10000	5.000,00
4	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUSO MISTURA EM BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA. AF_06/2022	M2	3.000,00	1.500,00
5	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO RETO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=7M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025	UN	150,00	75,00
6	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	3.000,00	1.500,00
7	PISO SINTÉTICO, ESPORTIVO, MONOLÍTICO, FLEXÍVEL DE POLIURETANO PU, COM MANTA, INCLUSIVE DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E PASSAGEM DOS FUNCIONÁRIOS RESP. PELA EXECUÇÃO E FRETE DOS MATERIAIS, DA GREEN VISION, REF. SOFT VISION OU SIMILAR	UN	800,00	400,00
8	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	20.000,00	10.000,00

9	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025_PS	UN	300,00	150,00
10	PISO FULGET (GRANITO LAVADO) MOLDADO IN LOCO (INCLUSO EXECUCAO)	M2	650,00	325,00

9.8. As parcelas de maior relevância técnica e valor significativo foram definidas com base na planilha orçamentária, na curva ABC e na análise técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura, observando-se a pertinência com o objeto, a proporcionalidade das exigências, a preservação da competitividade e o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

9.9. Os quantitativos mínimos exigidos foram limitados a até 50% dos quantitativos estimados das respectivas parcelas, considerando a necessidade de comprovação de aptidão operacional compatível com a complexidade e o porte da contratação, sem exigir experiência idêntica ou limitar indevidamente a participação de licitantes tecnicamente capazes.

9.10. A licitante deverá apresentar tabela resumo especificando o nome do arquivo e o número da página onde se encontra o serviço referente ao acervo técnico, e ainda, comprovar, por meio de documentação hábil, a execução anterior de contrato cujo objeto contemple a prestação de serviços de manutenção, em características compatíveis com o objeto da contratação.

9.11. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.12. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.13. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Qualificação Técnico-Profissional

9.14. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

➤ ENGENHEIRO CIVIL

9.15. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, nos termos do § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Disposições gerais sobre habilitação

9.17. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.18. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.19. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.20. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.21. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVA DE VALOR E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. O orçamento estimado da contratação é de **R\$ 7.781.745,66 (sete milhões, setecentos e oitenta e um mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e seis centavos)**, conforme planilha orçamentária elaborada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e anexada aos autos, baseada em referenciais oficiais de custos da construção civil, especialmente SINAPI/AL e ORSE/SE, com aplicação de BDI, encargos sociais, composições de custos e memória de cálculo pertinentes.

10.2. No que se refere à adequação orçamentária, a contratação encontra respaldo na dotação orçamentária consignada no orçamento vigente, sendo a despesa compatível com as diretrizes estabelecidas na Lei Orçamentária Anual – LOA e no planejamento financeiro da Administração, à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, por meio de recursos próprios.

10.3. Contudo, a execução contratual estará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, observando-se as normas de responsabilidade fiscal e as regras de execução da despesa pública.

10.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DAS OBRIGAÇÕES

11.1. São obrigações da **CONTRATANTE**, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, no edital, no contrato e neste Termo de Referência:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Termo de Referência, seus anexos, a proposta apresentada, o edital, o contrato e as ordens de serviço emitidas pela Administração;

- b) emitir as Ordens de Serviço necessárias à execução das demandas de manutenção preventiva, corretiva e modernização pontual de praças e logradouros públicos, contendo, no mínimo, a identificação do local, a descrição dos serviços, os quantitativos estimados, o prazo de atendimento, o responsável pelo acompanhamento e demais condições operacionais pertinentes;
- c) verificar, previamente à emissão de cada Ordem de Serviço, a existência de saldo contratual e disponibilidade orçamentária suficiente, bem como a compatibilidade da demanda com o objeto contratado;
- d) verificar, antes da emissão da Ordem de Serviço, eventual sobreposição com outros contratos vigentes, especialmente aqueles relacionados à iluminação pública, limpeza urbana, paisagismo, coleta e destinação de resíduos, manutenção predial, obras específicas, eventos públicos, sinalização urbana, conservação de vias e demais serviços que possam incidir sobre os mesmos locais de intervenção;
- e) fornecer à Contratada, em tempo oportuno, as informações, documentos, elementos técnicos, especificações, croquis, memoriais, planilhas, registros e esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços, inclusive quanto às peculiaridades dos espaços públicos e dos locais de intervenção;
- f) disponibilizar ou aprovar, quando necessário, os documentos técnicos específicos de cada intervenção, tais como croquis, memoriais, planilhas, cronogramas, registros fotográficos, ART/RRT, autorizações e demais elementos necessários à adequada execução e fiscalização da Ordem de Serviço;
- g) franquear à Contratada o acesso aos locais de execução dos serviços, observadas as condições de segurança, circulação de usuários, funcionamento dos espaços públicos, realização de eventos, restrições operacionais e rotinas administrativas aplicáveis;
- h) acompanhar, fiscalizar e controlar a execução contratual por meio de gestor e fiscais formalmente designados, verificando a conformidade dos serviços executados com as ordens de serviço emitidas, as especificações técnicas, os quantitativos efetivamente realizados, os padrões de qualidade exigidos e as normas técnicas aplicáveis;
- i) promover a fiscalização técnica, administrativa e, quando cabível, setorial da execução contratual, registrando ocorrências, medições, relatórios fotográficos, comunicações, notificações, glosas, recebimentos e demais atos relevantes ao acompanhamento do contrato;
- j) notificar a Contratada, por escrito, acerca de vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas, atrasos ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo razoável para correção, reparação, refazimento ou substituição, total ou parcial, às expensas da Contratada;
- k) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis, ordens de serviço, planilha orçamentária, proposta ou demais documentos da contratação;
- l) receber provisória e definitivamente os serviços executados, quando cabível, mediante termo circunstanciado ou instrumento equivalente, após conferência da qualidade, quantidade, funcionalidade, segurança e conformidade com a Ordem de Serviço;

m) conferir e atestar, após análise da fiscalização, os boletins de medição, relatórios, documentos técnicos, registros fotográficos e documentos de cobrança relativos aos serviços efetivamente executados;

n) efetuar o pagamento à Contratada apenas em relação aos serviços regularmente executados, medidos, conferidos, aceitos e atestados pela fiscalização, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato;

o) exigir da Contratada, quando aplicável, a apresentação de ART/RRT, plano de trabalho, cronograma específico, relatórios técnicos, comprovantes de destinação de resíduos, documentos de regularidade e demais elementos necessários à instrução, fiscalização e pagamento dos serviços;

p) acompanhar o cumprimento das obrigações ambientais, de acessibilidade, de segurança do trabalho e de destinação adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços;

q) exigir, quando a natureza da intervenção assim demandar, a adoção das providências relacionadas a licenciamento, autorização, comunicação ou controle ambiental, previamente à execução da respectiva Ordem de Serviço;

r) promover, quando necessário, as providências administrativas de sua competência para viabilizar a execução dos serviços, inclusive quanto à liberação de áreas, compatibilização de uso dos espaços públicos, reprogramação de intervenções, comunicação com unidades municipais e articulação com outros órgãos ou contratos;

s) comunicar à Contratada, de forma expressa e motivada, eventuais paralisações, suspensões, alterações, reprogramações ou cancelamentos de Ordens de Serviço;

t) responder, em prazo razoável, às solicitações, pedidos de esclarecimento, requerimentos e comunicações formalmente apresentados pela Contratada, inclusive pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, quando houver, ressalvados os pedidos manifestamente impertinentes, protelatórios ou destituídos de fundamento;

u) aplicar à Contratada as sanções administrativas cabíveis, quando constatado descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do edital e do contrato;

v) manter registro formal dos atos de gestão e fiscalização contratual, incluindo Ordens de Serviço, relatórios de vistoria, medições, notificações, recebimentos, glosas, pagamentos, comunicações e demais documentos necessários à rastreabilidade da execução.

11.1.1. Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, nem por danos causados a terceiros por ato, omissão, culpa ou dolo da Contratada, de seus empregados, prepostos, subcontratados ou colaboradores.

11.1.2. A fiscalização exercida pela Administração não implicará ingerência na gestão interna da Contratada, nem transferirá à Administração responsabilidades típicas da Contratada, especialmente quanto à direção de sua equipe, segurança do trabalho, fornecimento de materiais, organização operacional, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e execução técnica dos serviços.

11.2. São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, no edital, no contrato e neste Termo de Referência:

- a) executar os serviços de manutenção preventiva, corretiva e modernização pontual de praças e demais logradouros públicos em estrita conformidade com este Termo de Referência, seus anexos, a planilha orçamentária, as composições de custos, as ordens de serviço emitidas pela Administração, a proposta apresentada, as normas técnicas aplicáveis e a legislação vigente;
- b) executar os serviços exclusivamente mediante prévia emissão de Ordem de Serviço pela Administração, vedada a realização de serviços não autorizados, sem prejuízo das medidas emergenciais expressamente determinadas pela fiscalização competente;
- c) iniciar e concluir os serviços nos prazos fixados nas respectivas Ordens de Serviço, observando o grau de urgência da demanda, a complexidade da intervenção, as condições do local e os níveis de prioridade definidos pela Administração;
- d) atender às determinações regulares emitidas pelo gestor do contrato, pelos fiscais e pela autoridade competente, prestando, com tempestividade, todos os esclarecimentos e informações solicitados acerca da execução contratual;
- e) disponibilizar e manter, durante toda a execução contratual, equipe técnica qualificada e em quantidade suficiente, responsável técnico legalmente habilitado, preposto formalmente indicado, materiais, equipamentos, ferramentas, veículos, instrumentos, EPIs, EPCs e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços;
- f) manter responsável técnico legalmente habilitado e registrado no conselho profissional competente, providenciando as ARTs/RRTs cabíveis antes do início da execução dos serviços, quando exigíveis em razão da natureza da intervenção;
- g) apresentar, quando solicitado ou quando a natureza da intervenção exigir, plano de trabalho, cronograma específico, croquis, memoriais, relatórios técnicos, registros fotográficos, boletins de medição, ART/RRT, comprovantes de destinação de resíduos e demais documentos necessários à instrução, acompanhamento, fiscalização, medição e pagamento dos serviços;
- h) executar os serviços com observância das normas da ABNT, das Normas Regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho, da legislação ambiental, das regras de acessibilidade, das normas municipais aplicáveis e das demais normas técnicas incidentes sobre o objeto;
- i) adotar medidas de segurança, isolamento, sinalização e controle de acesso nas áreas em intervenção, sempre que necessário, de modo a resguardar a integridade dos trabalhadores, usuários dos espaços públicos, frequentadores, transeuntes e terceiros;
- j) fornecer e exigir o uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs necessários à execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela segurança de sua equipe e de terceiros afetados pela intervenção;
- k) zelar pela organização, limpeza, sinalização e desobstrução das áreas onde os serviços forem executados, providenciando, ao final da intervenção, a entrega do local em condições adequadas de uso, segurança, funcionamento e conservação;

- l) utilizar materiais, insumos, componentes e equipamentos novos, adequados, de qualidade compatível, observadas as especificações técnicas, normas aplicáveis, padrões de desempenho e orientações da fiscalização;
- m) substituir, às suas expensas, materiais, insumos ou componentes rejeitados pela fiscalização por apresentarem baixa qualidade, incompatibilidade técnica, desconformidade com as especificações ou risco à segurança, durabilidade ou funcionalidade dos serviços;
- n) reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, falhas, imperfeições ou em desacordo com as especificações contratuais, no prazo assinalado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
- o) responsabilizar-se integralmente pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração, aos usuários dos espaços públicos ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento contratual pela Contratante;
- p) comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução do objeto, inclusive impossibilidade de atendimento de prazo, necessidade de adequação técnica, interferência em outro contrato, ocorrência de risco, acidente, dano ambiental, dano ao patrimônio público ou situação que exija providência administrativa;
- q) manter preposto formalmente indicado para representá-la perante a Contratante durante a execução contratual, apto a receber comunicações, prestar esclarecimentos, acompanhar as ordens de serviço e adotar providências necessárias ao regular cumprimento do contrato;
- r) manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, apresentando, sempre que solicitado, os documentos comprobatórios pertinentes;
- s) responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, securitários, tributários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não se transferindo à Contratante qualquer responsabilidade por seu inadimplemento;
- t) não contratar, durante a execução contratual, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante ou de agente público que atue na contratação, na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- u) promover a remoção, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, observando a Lei nº 12.305/2010, a Resolução CONAMA nº 307/2002, as normas municipais aplicáveis e as orientações da fiscalização;
- v) apresentar, quando exigido pela Administração, comprovantes de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, especialmente nos casos de entulho, materiais de construção civil, metais, vidros, tintas, lâmpadas, fiações e outros materiais sujeitos a controle ambiental;
- w) adotar práticas de sustentabilidade compatíveis com o objeto, especialmente quanto ao uso racional de água e energia, redução de desperdícios, reaproveitamento ou reciclagem quando tecnicamente viável, uso de materiais de menor impacto ambiental e controle de poeira, ruídos e particulados;

- x) observar, quando cabível, as condicionantes ambientais, autorizações, licenças ou exigências administrativas relacionadas à execução de determinada intervenção, não podendo iniciar serviços sujeitos a controle ambiental sem a prévia autorização da Administração;
- y) abster-se de subcontratar parcelas do objeto sem prévia e expressa autorização da Contratante, permanecendo, em qualquer hipótese, integralmente responsável pela execução contratual, inclusive quanto aos serviços executados por eventual subcontratada;
- z) fiscalizar, coordenar e responder integralmente pelos serviços eventualmente subcontratados, assegurando que a subcontratada cumpra as normas técnicas, trabalhistas, fiscais, ambientais, de segurança do trabalho e demais obrigações aplicáveis;
- aa) arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, inclusive transporte, mobilização, desmobilização, tributos, taxas, seguros, ensaios, testes, controles tecnológicos, mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, EPIs, EPCs e demais despesas correlatas;
- bb) realizar, quando necessário, ensaios, testes, controles tecnológicos e verificações técnicas compatíveis com a natureza dos serviços executados, apresentando os respectivos resultados à fiscalização quando solicitado;
- cc) manter registro organizado das ordens de serviço executadas, relatórios técnicos, boletins de medição, registros fotográficos, notas fiscais, documentos de destinação de resíduos, ART/RRT e demais documentos relacionados à execução contratual;
- dd) entregar os serviços concluídos em condições adequadas de funcionamento, segurança, acabamento, acessibilidade, limpeza e uso, conforme as especificações da Ordem de Serviço, o Termo de Referência e o atesto da fiscalização;
- ee) guardar sigilo sobre informações, documentos, dados, rotinas internas e demais elementos da Administração a que tiver acesso em razão da execução contratual, observando, quando aplicável, a legislação de proteção de dados pessoais;
- ff) responder pela garantia legal e contratual dos serviços executados, corrigindo vícios, defeitos ou falhas constatadas dentro dos prazos aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade civil, técnica e ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser executados em estrita conformidade com as disposições aqui estabelecidas, com o Estudo Técnico Preliminar, com a planilha orçamentária, com as especificações técnicas, com a proposta vencedora e com as demais peças que compõem a futura contratação, observando-se, em todos os casos, a legislação vigente e os princípios aplicáveis à Administração Pública.

12.2. A interpretação das disposições deste Termo de Referência deverá ocorrer de forma sistemática, considerando a finalidade pública da contratação, a busca da proposta mais vantajosa, a eficiência da execução contratual e a adequada preservação do patrimônio público municipal.

12.3. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na fase de execução contratual deverão ser resolvidos pela Administração, à luz da Lei nº 14.133/2021, dos princípios que regem as contratações públicas, das

cláusulas contratuais e das orientações dos órgãos de controle, preservando-se, sempre, o interesse público e a regularidade da execução.

12.4. A futura contratação deverá observar, integralmente, as normas técnicas aplicáveis, as regras de segurança do trabalho, a legislação ambiental, as exigências de acessibilidade, bem como os normativos internos da Administração Municipal pertinentes à gestão e à fiscalização contratual.

12.5. A Administração poderá expedir orientações complementares, ordens de serviço, notificações e demais atos necessários à adequada execução do objeto, desde que compatíveis com este Termo de Referência, com o contrato e com a legislação aplicável.

12.6. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução dos serviços, nem a exime das responsabilidades legais, contratuais, técnicas, administrativas, civis e eventualmente penais decorrentes da execução do objeto.

12.7. A participação no certame e a futura contratação implicarão plena ciência e aceitação, por parte da contratada, das condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos que instruem a contratação.

12.8. Por fim, este Termo de Referência integra a fase preparatória da contratação e constitui documento essencial à definição do objeto, das condições de execução, dos critérios de medição e pagamento, das obrigações das partes e dos parâmetros necessários à futura licitação e à regular gestão contratual.

12.9. O setor técnico competente auxiliará o agente de contratação ou a comissão de licitação nos casos de pedidos de esclarecimentos, impugnações e análise de propostas de preços e documentos de habilitação apresentados.

12.10. Este Termo de Referência poderá ser divulgado na mesma data de divulgação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ou outro meio equivalente, como anexo, conforme art. 12 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022.